

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CESARINO JÚNIOR, Antônio . Antônio Cesarino Júnior (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 0min).

**Antônio Cesarino Júnior
(depoimento, 1981)**

Rio de Janeiro

2013

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Maria Victoria de Mesquita Benevides;

Levantamento de dados: Maria Victoria de Mesquita Benevides;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Victoria de Mesquita Benevides;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 13/5/1981 a 13/5/1981

Duração: 1h 0min

Arquivo digital - áudio: 1; Fita cassete: 1; Fita rolo: 1;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. A escolha do entrevistado se justificou por sua trajetória.

Temas: Alceu Amoroso Lima; Epitácio Pessoa; Getúlio Vargas; Igreja Católica; Partido Democrata Cristão; Sobral Pinto;

Sumário

Fita 1-A: A fundação do Instituto de Direito Social (1939); longos comentários sobre o primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social (1941); a amizade com Epiácio Pessoa; opinião sobre a política trabalhista de Getúlio Vargas; a criação da União Cultural Brasileira (UCB): a idéia de sua criação, a aprovação de Getúlio Vargas, a organização, a reação dos interventores, o papel de Alexandre Marcondes Filho; o descrédito dos partidos existentes; a fundação do Partido Democrata Cristão (PDC), em 1945; a participação de Alceu Amoroso Lima no PDC; a sondagem de outros partidos ao entrevistado.

Fita 1-B: Comentários sobre Arruda Câmara; a derrota do entrevistado nas eleições de 1945; o afastamento da presidência e a saída do PDC (1946); a renúncia à política; a situação do PDC após a saída do entrevistado; o papel de Alceu Amoroso Lima no PDC; a divulgação do PDC na imprensa; a influência eleitoral das indicações da igreja; os votos recebidos pelo entrevistado (1945); a posição do PDC quanto às eleições presidenciais de 1945; o discurso sobre as relações de trabalho no campo; relato de uma discussão envolvendo Sobral Pinto e o arcebispo Dom Carlos.

ACJ – Logo que eu entrei para a Faculdade de Direito como catedrático, em 1938, pensei que devia fazer alguma coisa quando à atividade pública. E comecei a me preparar para isso. Tive, durante todo esse tempo, relações com políticos, inclusive por causa da minha cátedra, que era Direito Social, a senhora vê que essa era uma tônica do Governo Getúlio Vargas. De forma que eu fui muitas vezes procurado, etc e fundei, em 1939, 15 de maio de 1939, o Instituto de Direito Social, dedicado ao estudo, à atuação e à difusão do direito social. Esse Instituto teve uma porção de realizações. Uma delas, a primeira, e a mais importante, foi o Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, que se reuniu em 1941, maio de 1941.

Para esse Congresso, que era nacional, brasileiro – eu tenho aí os anais, impressos na imprensa oficial, tem quatro volumes, para ver como era importante, reuniu muitos trabalhos de gente do Brasil todo. E eu fui convidar o Getúlio para abrir o congresso. Ele me disse que não podia, que era difícil para ele sair do Rio. “Se fosse aqui no Rio eu iria com todo o gosto” disse ele. A senhora sabe que esse era o ponto crucial da administração dele. “Eu iria com todo o prazer”, ele disse. “Mas não sendo aqui, no momento, eu não posso eu não posso me ausentar”. Eu disse : “Bom, e para encerrar?” Ele respondeu: “Mas se eu estou dizendo que o congresso é em São Paulo e eu não posso me ausentar”. Eu disse: “Não senhor, eu trago o congresso ao Rio, para ser encerrado pelo senhor”. Ele deu aquela risadinha dele... Porque eu não podia mudar o congresso para o Rio, quando já estava tudo organizado aqui, inclusive eu tive o apoio completo do Ademar de Barros. Eu não me lembro se ele era interventor ou governador, acho que era interventor, mas ele me deu apoio integral. Qualquer coisa que eu precisava telefonava para ele e tinha tudo. Eu já o tinha convidado até. Eu disse: “Eu vou falar com o Getúlio, se o Getúlio abrir você encerra e vice-versa”. Como o Getúlio disse que não podia vir abrir, ele abriu o congresso. Eu tenho fotografias disso, tenho tudo. Então, foi muito bonito, veio gente do Brasil inteiro, aquela coisa toda. O Congresso durou uns três ou quatro dias. E eu contratei um trem da Central do Brasil. Já não me lembro bem, mas parece que custou 5 mil. [inaudível] Eu não me lembro mais porque o dinheiro é antigo. Eu sei que custou uma fortuna, mas paguei o trem, um trem especial, e levei o congresso ao Rio de Janeiro, todos eles. Evidentemente, já tinha entrado em entendimento com o Getúlio, e ele me garantiu que iria. Só que a última conversa foi com o Lourival Fontes. Eu ia encerrar o Congresso no Palácio Tiradentes. O Lourival me disse: “ O Presidente manda dizer para você que ele vai, mas não vai

falar. Porque ele não tem tempo agora para escrever, você sabe que tudo que ele diz tem responsabilidade, e não é costume dele falar de improviso, de modo que ele não vai falar, ele só vai, preside a sessão”. Eu disse: “Foi para isso que eu o convidei”. Então houve a sessão encerramento, que está nos Anais. Houve vários discursos, um do Padre Sabóia de Medeiros, que era meu companheiro na direção do Instituto; um do Ataliba Nogueira e o meu discurso, apresentando as conclusões a que o Congresso havia chegado. E depois quando eu terminei, e pensei que o Getúlio ia dizer: Está encerrado... ele faz um discurso, de improviso. O que mostra como ele achou importante esse Congresso.

Isso então me lançou no mundo da administração. Não se podia falar em política naquela ocasião. Com isso eu fiquei conhecendo o Príncipe da República Nova. Já ouviu falar nisso?

MVB – Não.

ACJ – O filho do João Pessoa. A senhora sabe que o João Pessoa foi assassinado na campanha para Presidente da República, Antes da Revolução de 1930, Getúlio para Presidente e ele para vice-presidente. E por causa disso o Getúlio... Lembra-se que o Getúlio ficou tocadíssimo quando isso aconteceu, mandou até que todos os estados tivessem uma rua, uma praça com o nome de João Pessoa. O filho dele, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ficou muito meu amigo. A tal ponto, que quando eu ia ao Rio era preciso que ele não soubesse, porque se eu aparecesse lá - eu tinha um cartório lá no Rio – ou se alguém dissesse a ele onde eu estava, ele me obrigava a ir jantar com ele e tinha a mania de ficar conversando madrugada a dentro, ao contrário de mim, que sou um sujeito que deita cedo. Tomando café e conversando. Ainda me lembro uma ocasião, já era de madrugada, ele me disse: “Você me dá um níquel”. Eu disse: “Você está louco? A essa hora da madrugada, para que você quer um níquel?” Ele insistiu: “Me dá um níquel”. Eu tirei um níquel do bolso e dei a ele. E então ele me deu faquinha paraibana. Ele disse: “Eu não te dei, você comprou. Porque se eu der, corta a amizade”.

MVB – Ah, é, tem razão [riso].

ACJ – É uma superstição. [riso] Eu ainda tenho essa faquinha. Com isso, nós conversávamos muito. Numa ocasião eu disse – porque eu já tinha a ideia de que era preciso voltar à atividade política no Brasil, eu sempre fui contra as ditaduras. Claro que

eu não combatia o Getúlio, porque eu vi que ele estava fazendo alguma coisa no interesse dos trabalhadores. Claro que se aproveitava e tudo, mas estava fazendo alguma coisa e combater não resolvia. Eu disse então a ele: “Olha, o Presidente está muito enganado, porque como ele fez essas leis trabalhistas, ele tem o apoio dos trabalhadores, mas *desorganizado*. Como é que se exprime esse apoio? Com o que ele pode contar? Ele teria que ter um partido, e aí sim. Ele estava sem uma entidade organizada”. Ele disse: “Mas o Presidente acha que ainda é cedo para dar liberdade...” Porque para fazer partido precisa de liberdade política completa.

Isso eu estou contando à senhora e praticamente ninguém sabe. Eu disse: “O Presidente podia fazer uma coisa. Porque a hora que ele [inaudível] vamos fazer eleições, ele conta com os trabalhadores de que jeito? Como é que ele sabe, se conta ou não conta?”

MVB – Não sabe!

ACJ – Não é verdade? É um apoio desorganizado. “Então a gente podia fazer o seguinte – continuei – fundar já uma entidade cultural e até propus o nome: União Cultural Brasileira. E organizar, no Brasil inteirinho.

MVB – Centros estaduais...

ACJ – E municipais. E seria uma entidade cultural, mas organizada. No momento em que voltasse a atividade política, bastava mudar o nome. Porque havia até na Argentina, e acho que ainda há hoje, não sei se estará fechada, a União Cívica Radical.

MVB – A União Cívica Radical existe ainda.

ACJ – Eu disse, mudava só o C – União Cívica Brasileira. E nessa União seria então o Partido Presidente. Ele achou a ideia ótima, levou o Presidente e o Presidente aprovou. Então, eu tinha que organizar isso. Mas isso foi antes do congresso ou logo depois do Congresso. Eu sou de 1906, eu tinha uns 33 anos, e não tinha nenhuma experiência política, nenhuma. Achei que era uma responsabilidade muito grande. O que eu entendo de política para me meter a organizar uma coisa dessas? Precisa procurar alguém que tenha experiência política, para se associar comigo. Eu só conhecia de nome o Alexandre Marcondes Filho.

MVB – Que depois foi Ministro do Trabalho.

ACJ – Muito depois e graças a isso. Fui eu que fiz o Marcondes Ministro do Trabalho. Eu procurei o Marcondes, que tinha sido deputado e expus a ideia. Ele achou boa. Então, ficou combinado que eu faria – a senhora vai ver que isso se repetiu mais adiante com outra pessoa – os Estatutos e ele faria o Manifesto da UCB – União Cultural Brasileira. Foi feito, feito levado ao Presidente, ele aprovou. Eu me lembro, o Marcondes era muito mais velho do que eu, numa ocasião que fui ao escritório dele e ele se fechou comigo numa sala. É interessante até, porque fechou à chave. E me disse: “Olha, vamos decidir uma coisa muito importante. Você podia ser meu filho. Qual de nós dois que vai ser o primeiro?” Como quem diz: “Eu tenho que ser o primeiro, podia ser seu pai”. Eu disse: “Não tenha dúvida, eu estou pronto a ser o segundo, mas não o terceiro”. Então ficou combinado o seguinte: o Getúlio seria o Presidente honorário. O Marcondes seria o Presidente da União e eu seria o Vice-presidente. Ao mesmo tempo, enquanto nós fazíamos tudo isso, lavávamos a coisa e tal...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

ACJ – Organizamos isto. Várias vezes se falava de que um de nós seria o Ministro do Trabalho, aquela coisa toda. Eu disse: “Não, você que é o Presidente, você deve ser o Ministro do Trabalho. E depois de organizado o Partido, como o Ministério Político é o da Justiça, você passa para o Ministério da Justiça e eu assumo o Ministério do Trabalho. Depois de tudo pronto, porque agora ainda tem que correr o Brasil inteiro para tratar disso”. E ficou tudo combinado assim e aprovado pelo Presidente.

Inclusive, uma das coisas que eu ponderei foi o seguinte: “Eu sou um sujeito idealista, mas não posso morrer de fome nem deixar a minha família morrer de fome. Eu não posso largar a minha cátedra”. Então foi combinado entre nós, que abrange todos, mas como elemento de ligação, o Epitacinho, que era o Príncipe da República Nova, o Getúlio estimava como um filho ou mais que um filho. E ficou combinado que eu seria – porque no Tribunal Superior do Trabalho havia só o Presidente, não havia como hoje o Corregedor Geral da Justiça do Trabalho – nomeado Corregedor Geral da Justiça do Trabalho. Que, por função, a gente tem que correr o Brasil inteiro, para inspecionar a Justiça do Trabalho. Então eu ia organizar no Brasil inteiro a União Cultural. E teria um salário. Perderia o da Faculdade, que teria que tirar uma licença. Mas teria um salário, e largaria o meu escritório de advocacia. Mas, enfim, eu sempre

fui um idealista. E tudo isso ficou arrumado. Então começamos a organizar. O Marcondes foi para o Ministério do Trabalho, de forma que quem realmente tinha que trabalhar era eu. Eu disse: “Olha, nós temos que organizar em cada estado”. E eu propus que convidássemos os interventores, que são pessoas de confiança do Presidente. Ele disse: “Não, não, não vale a pena, nós temos que ter outras pessoas, senão nós perdemos o controle do partido”. E eu, inexperiente, não tinha nenhuma experiência, e por isso é que eu procurei o Marcondes, segui a sugestão dele. Aqui em São Paulo, por exemplo, o interventor era o Fernando Costa, meu amigo. Mas o Marcondes me sugeriu o nome do Luiz [inaudível] que era Secretário da Aviação do Fernando. Eu convidei e ele aceitou. O Marcondes convidou alguns outros, de outros estados. Mas aí é que foi o erro dele. Eu, que não era político, achei isso errado, mas ele, que era... Tudo vem da ambição. O Marcondes eu acho que queria, no fundo, suplantar o próprio Getúlio, o que era uma loucura três vezes. Mas ele não quis que fossem os interventores. Então o resultado foi que os interventores se voltaram contra a ideia. Souberam, naturalmente, não era nenhum segredo.

Quando o Getúlio estava fazendo uma estação de águas em Araxá, eles foram todos para lá, a maioria deles: o Cordeiro de Farias, o Fernando Costa, etc. O Fernando até se queixou a mim. Porque ele me convidou para uma viagem pelo estado, de trem. Eu fui com ele nessa viagem e ele então me chamou, longe dos outros, para se queixar.

Resultado, diante dessa reação dos interventores, o Getúlio pôs uma pedra em cima. Mas o Marcondes já estava no Ministério do Trabalho. E ele foi até muito incorreto comigo, porque ele pôs toda a culpa em mim. Ele ficou bem, e eu mal. Tanto que depois ele passou ao Ministério da Justiça e eu... A senhora dirá... eu diria em italiano “*ma che c’entra?*” quer dizer, “Mas o que tem que ver tudo isso com o que eu vim perguntar?” Tem. E a senhora vai ver agora. É que, com tudo isso, ele organizou o Partido Trabalhista e eu fiquei excluído. Por causa dessa história eu fiquei completamente excluído. Eu que fui o idealizador, essa coisa toda.

Então vem a queda do Getúlio.

MVB - O senhor acha que ele aproveitou esse embrião inicial de organização nos estados, para o Partido Trabalhista Brasileiro?

ACJ – Pelo menos ele aproveitou a ideia, o esquema todo que já tinha sido feito. Isso nem chegou a ser publicado. Quase ninguém ouviu falar nisso.

MVB – Eu li muita coisa sobre as origens dos partidos e ideias. Mas realmente nunca apareceu nada disso.

ACJ – Pois é. Mesmo porque não se chegou a realizar. Morreu no embrião. Mas foi o embrião do PTB, no fundo. Mas eu fiquei completamente fora. Isso serve para explicar o que vem agora adiante.

Então vem o movimento político, a queda do Getúlio em 45 e as eleições para a Constituinte. E eu fui convidado pelo UDN e pelo PSD para entrar na chapa deles de deputados à Constituinte. Aliás, fomos convidados quatro professores da Faculdade de Direito.

MVB- Para a chapa de São Paulo, não é?

ACJ – Para a chapa de São Paulo. Para a constituinte. Eu pensei bem e achei que não era o meu ideal. Eram partidos que a gente já conhecia, com grande parte de políticos profissionais. Cada um defendia um interesse assim... E eu era exageradamente idealista, era muito moço, achei que não servia. Mas eu queria fazer política. Então, o jeito é fundar o meu partido. Fundar um partido de acordo com os meus ideias. Daí então a ideia de fundar o Partido Democrata Cristão.

A senhora vê que aquilo tudo influiu nessa ideia. Fundei o Partido e convidei várias pessoas. A senhora viu aí a lista do Diretório provisório. Comecei a preparar as eleições.

MVB – Mas quer dizer que o Partido foi fundado em São Paulo?

ACJ – Em São Paulo e por mim.

MVB – Esse partido, que depois ficou o Partido Nacional, era o mesmo, a partir daquele...

ACJ – Eu já vou lá. Eu mesmo escrevi os Estatutos, mas pensei: a pessoa mais representativa das ideias da Igreja, porque era um partido que seguia a doutrina social da Igreja mas não era um partido religioso, porque nem tem sentido. Nem deve haver e

nem pode haver. Mas eu pensei no Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde que eu admirava muito. Fui ao Rio, falei com ele e ele aceitou.

Assim como na outra ideia houve dois – que foram o Marcondes e eu – no PDC também houve dois. Sempre o idealizador fui eu, mas convidei o Alceu e fizemos até a mesma combinação que na outra vez. Eu escrever os Estatutos e ele escrever os Manifestos. A senhora quer ver, Isso que está aqui é o Manifesto, escrito pelo Alceu Amoroso Lima.

MVB – Eu estava dando uma olhada. Porque ele diz: “Popular, democrático e cristão”.

ACJ – Mas isso já é outra coisa. Isso que a senhora viu no fim, esse é o hino do partido.

MVB – Não, lá dentro diz que o partido será popular, que será democrático e que será cristão.

ACJ – Porque está no Hino do Partido. Olha aqui; popular, democrático e cristão. Eu tenho ainda o Hino. Só que eu não tenho aqui, mas tenho em casa. A música, a letra está aqui, e sabem quem escreveu essa letra? O Padre José de Castro Neves. É uma poesia muito bonita. (citação rápida de um poema pela entrevistadora). A música é do Spartaco Rossi, o Maestro que fez.

MVB – O programa é do Dr. Alceu então?

ACJ – Não, o Programa é meu. O Manifesto de lançamento é que é do Alceu. Está aqui: “Importantes declarações feitas ao O Globo pelo Senhor Alceu Amoroso Lima, autor do Programa...” Aqui diz Programa, mas Programa é o Estatuto; é do Manifesto da nova agremiação partidária. “Participação apenas doutrinária”, quer dizer...

MVB – Era aconfessional.

ACJ – Aconfessional. Tanto que eu não disse uma palavra ao arcebispo de São Paulo, que era Dom Carlos Vasconcelos de Carmelo Motta. Pouco antes até da instalação do partido eu estive numa conferência na Faculdade de Direito sentado ao lado dele na mesa. Mas não disse uma palavra.

Há muita história, mas não há tempo para contar tudo isso à senhora.

Fizemos o partido e a senhora viu, foi instalado no dia 9 de julho de 1945, no Teatro Municipal. Foi cantado o Hino do Partido, com uma orquestra regida pelo próprio maestro Spartaco Rossi. Houve o meu discurso, que está aqui, dizendo a significação e os objetivos do PDC, e a conferência do Sobral Pinto.

MVB – Direito e Política.

ACJ – Exato. A senhora viu quem eu fui escolher. Depois de fundado o partido, eu recebi, fui convidado pelo PSD e pela UDN para entrar... não, já tinha sido antes. Antes de fundar o Partido eu já tinha sido convidado pela UDN e pelo PSD, assim como três outros professores da Faculdade de Direito, o Mário Mazagão, o Honório Monteiro e Ataliba Nogueira. Nós quatro. Eu não aceitei e fundei o meu partido.

A senhora vai ver uma coisa interessante, o resultado de eu não ter aceitado. Depois de fundado o partido e depois dessa instalação que teve uma repercussão muito grande, eu recebi um convite do Valdemar Ferreira – ele é cunhado do Ernesto Leme, por isso que a senhora estava fazendo confusão, aliás, quem me transmitiu o convite foi o Ernesto Leme na Faculdade. Ele me disse: “O Valdemar pede para você ir ao escritório dele ou à casa dele, que ele quer falar com você.” Ele foi meu professor, o Valdemar Ferreira. Eu disse ao Ernesto: “Se é qualquer coisa assim particular, eu estou às ordens dele e vou. Mas se é para fala sobre política, sobre o partido, eu não vou lá e nem exijo que ele vá ao meu escritório ou à minha casa. Tem que ser um lugar neutro. Se não é uma jeito de submissão não é”. Então o Ernesto voltou com a resposta: “O Ademar pergunta se serve aqui na Faculdade”. Eu disse: “Perfeito, porque aqui é um lugar neutro”. Então tive uma conversa com o Valdemar e depois tive uma outra, com o representante do PSD. Esse conseguiu que eu fosse à casa do Júlio Prestes, porque Júlio Prestes estava de cama e então não tinha outro jeito, ele queria falar pessoalmente comigo.

A senhora já sabe o que os dois queriam, nesse período havia dois candidatos à presidência: O Dutra e o Brigadeiro, Eduardo Gomes. Cada um queria o apoio: O Prestes para o Gal. Dutra e o Valdemar para a UDN, para o Brigadeiro. Eu respondi aos dois da seguinte maneira: “Eu fundei o Partido Democrata Cristão depois que já estavam lançadas as duas candidaturas. Fundei com objetivos puramente idealistas.

Depois da Constituição, as nossas ideias. Se eu agora aderisse a qualquer das candidaturas, toda a gente iria dizer – embora não fosse verdade, mas teria razão para dizer – que eu sou um *profiteur*”.

(FINAL do lado A)

ACJ – Antes da eleição eu recebi uma adesão ao partido de um grupo político muito grande, de Pernambuco, chefiado pelo Monsenhor Arruda Câmara, que eu não sabia quem era. Eu fui duas vezes enganado. Política... por isso que eu me afastei, porque no fundo a política é mais sujeira que outra coisa. O Monsenhor Arruda Câmara, um Monsenhor, eu procurei tomar informações, diziam: “um sujeito de muito prestígio em Pernambuco, e tal”. E ele ingressou no Partido com um grupo grande. E ganhou eleição. Resultado: fizemos dois deputados e tivemos no Brasil inteiro 70 mil votos. Esses dois deputados foram, em Pernambuco o Monsenhor Arruda Câmara, que depois eu vim a saber que era político daqueles que eu detestava; e aqui em São Paulo Manuel Vitor de Azevedo que era locutor de rádio do programa da Ave Maria, que portanto pediu votos em nome de Nossa Senhora... Ele teve 15 mil votos e eu tive 12 mil e então foi ele o deputado eleito e eu fiquei suplente dele. A senhora vê: ele era um radialista e eu um reles professor da Faculdade de Direito.

MVB – Falando em seu próprio nome, enquanto que ele falava em nome de Nossa Senhora... [Risos]

ACJ – Basta dizer o seguinte: havia uma tia minha - que não era minha tia, uma senhora que foi criada na nossa família, mas que nós tratávamos como tia. Muito idosa já, morreu com 95 anos. E eu é que sustentava, que cuidava dela. Ela não podia morar sozinha não é. A despesa toda, casa, tudo era eu, inclusive uma operação que ela fez, tudo. Ela votou no Manuelito e não votou em mim, porque os padres mandaram. De forma que eu perdi a eleição.

MVB – Quer dizer que já nessa época a Igreja entrou forte no PDC?

ACJ – Entrou. Entrou por fora, porque dentro do partido não.

MVB – Ele se aproveitou do veículo já.

ACJ – Exato, e o resultado foi esse, o eleito foi o Manuel Vitor. E começou a ter uma atitude que não me agradava. Então eu me retirei. Convoquei uma assembleia nacional do partido para propor a exclusão dele do partido, pelo procedimento que ele estava tendo. Mas antes disso eu mandei um ofício ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, renunciando à minha suplência. Quis mostrar que estava agindo por puro idealismo. Mas aí é que eu fiquei conhecendo Monsenhor Arruda Câmara. Ele veio para São Paulo, com um mundo de gente, com um mundo de procurações, uma porção de coisas. Eu fiquei tão enojado que na hora, depois de dizer todas as verdades que tinha que dizer, renunciei à presidência e pedi demissão do Partido. Isso foi um ano depois, em 1946. E não quis mais saber de política. Todos os outros partidos me convidaram para entrar e eu não quis mais saber de política. Alguns anos mais tarde eu figurei em duas chapas – uma do PTB ou PTN, alguma coisa assim, por causa do seguinte: saíram do partido comigo, muitos. E esses, alguns desses queriam voltar à política. Inclusive meu filho mais velho, Nelson Luis Cesarino que eu perdi. Eles iam então à direção dos partidos e diziam: “Nós queremos colaborar com vocês”. Respondiam: “Bom, vocês têm nome nas chapas, mas se trouxerem seu pai, se trouxerem o professor”. Eu recusei, muitas vezes, mas no fim meu filho disse: “Papai, o senhor está estragando a minha carreira”. Aí eu entrei por entrar, duas vezes. Mas realmente não fiz mais política e até hoje. Depois que eu saí eu fui procurado pelo Antônio Queirós Filho, pelo André Franco Montoro e vários outros que estavam interessados na legenda do partido. Queriam então que eu voltasse com eles. Esses dois, evidentemente, eram pessoas direitas. O Queirós Filho até era procurador do estado, foi Secretário da Justiça depois. O Montoro a senhora conhece bem. Eu me recusei a entrar e disse: “Mas vocês continuem”. Então, eles entraram no partido, que estava sob a presidência do Monsenhor Arruda Câmara. Depois que estavam já dentro do partido sempre diziam: “Você precisa voltar”. Eu dizia: “Quem sabe, quando o Arruda Câmara não fizer mais parte do partido” Mas ele ficou muito tempo... E eu não aceitei voltar. Algum tempo depois eles fizeram aqui em São Paulo uma concentração muito importante, democrata - cristã, se não me engano até internacional. O Montoro me mandou convidar, recebi um convite escrito. Mas eu disse: O Presidente ainda é o Arruda Câmara... não fui. E fiquei completamente fora da política, como estou até hoje.

MVB – Mas esse partido que o senhor fundou, em termos de Estatutos, de programa, ele não foi mudado. A parte formal do partido permaneceu igual.

ACJ – Eu estou totalmente...convém agora a senhora procurar o Montoro, porque eu me desinteressei. É o mesmo partido. Eles entraram no Partido do Arruda Câmara e com o tempo conseguiram... O Arruda Câmara morreu depois, porque já era idoso e o Manuelito parece que eles puseram para fora. Parece que ele conseguiu se eleger deputado estadual, não sei se federal. Ele foi Federal, porque a Assembleia Constituinte depois se transformou em Câmara dos Deputados. Ele foi federal, foi estadual algum tempo, mas eu fiquei completamente fora.

MVB – Mas o seu entrosamento com o pessoal do Rio, em torno do Dr. Alceu, veio de antes?

ACJ – Bom, aí, através do Alceu, alguns... Bom, eu conhecia muita gente lá, mas foi mais o Alceu que orientou a organização no Rio, não fui eu. Tanto que eu nem me lembro de nomes do Rio.

MVB – Eu acho interessante, porque a questão surge como se houvesse um grupo no Rio, liderado pelo Dr. Alceu e um grupo em São Paulo, liderado pelo senhor. Quer dizer, na voz corrente aparece assim.

ACJ – Errado. Porque foi fundando aqui, por mim. É verdade que com a colaboração do Alceu. Algum tempo depois, o Alceu se separou do Partido. Eu até fiquei muito ofendido, porque o argumento dele foi que um partido pequeno não servia para propagar a doutrina social católica. Se não me engano ele foi para a UDN.

MVB – A criação do PDC significou uma tentativa de grupos católicos de estabelecer um canal próprio de ligação com as massas?

ACJ – Não.

MVB – Eu acho que não dá para dizer grupos católicos, porque não eram essencialmente católicos.

ACJ – Era um grupo, daqui; tanto que a senhora veja, vou lhe dar uma prova. A senhora sabe que o movimento democrata- cristão começou na Itália, com Dom Luigi Sturzo. Eles então se interessaram muito, os italianos, pela fundação. E uma coisa importante

que eu preciso lhe dizer: este foi o primeiro Partido Democrata Cristão fundado na América. Eu sou muito amigo do ex- presidente Rafael Caldera, da Venezuela. E eu perguntei a ele mesmo. Tenho até um folheto lá [inaudível] da democracia cristã, o COPEI que é o partido [inaudível] da Venezuela. Indaguei também do Partido da Argentina. Todos foram posteriores a este. Este é 9 de julho de 1945, a data da fundação. Os outros são posteriores. Quer dizer, esse é o primeiro.

MVB – Como ocorreu a articulação entre o grupo carioca do Amoroso Lima e o grupo paulista do Antônio Cesarino Júnior, é como está aqui. Quer dizer, havia um grupo, que era o seu, e que teve o apoio do Dr. Alceu. O Dr. Alceu era ele, não era um grupo?

ACJ – Ele, pessoalmente. Agora, depois, ele orientou a formação veja bem – depois, isso é importante, depois ele orientou a fundação – lá no Rio. Tanto que a senhora vê, se fosse o Alceu... ele não quis nem fazer a conferência inaugural. Seria ele e não o Sobral. Eu não iria convidar o Sobral, se fosse ele.

MVB – O senhor vê como existe pouca coisa sobre a fundação do Partido. Porque depois pergunta: a data de criação do partido pode ser definida como da fusão dos dois grupos, do Rio e São Paulo? Quer dizer, não havia dois grupos, isso está muito claro. E pergunta: qual o papel do grupo paulista dentro do PDC? Foi o núcleo.

ACJ – É, foi um núcleo só. E que continuou, depois que eu sai, com o Antônio Queirós Filhos e o Franco Montoro, como membros principais.

MVB – Quais as bases eleitorais do partido, em 45? O senhor disse que teve 70 mil votos. O senhor teria ideia de em que redutos eleitorais seriam esses? Teria um grande apoio da Igreja, não?

ACJ – Não. A senhora me obriga a contar uma história que eu não ia contar para não encompridar, mas sou obrigado. Antes dessa eleição, da Constituinte de 46, foi fundada, principalmente graças à intervenção do Padre Roberto Sabóia de Medeiros, um jesuíta, muito meu amigo – nós fundamos juntos o Instituto de Direito Social, o congresso, tudo, e nisso aqui também [inaudível] ele não entrou, claro, era padre, mas ele estava ao par de tudo - ele orientou o Arcebispo Dom Carlos, para fundar a Liga Eleitoral Católica. E o Arcebispo vinha de Minas.

MVB – Ele era juscelinista lá em Diamantina.

ACJ – É. Então ele não dizia nada entende. Eram vários partidos, e ele não dizia nada, O Padre Sabóia era um desses homens enérgicos, decididos, que diz as coisas que precisam ser ditas, com toda a franqueza. Uma ocasião, ele disse ao Arcebispo: “O senhor precisa dizer alguma coisa, orientar. A Liga Eleitoral, pelos Estatutos, é para orientar a população, os eleitores católicos sobre os partidos em que eles devem votar, dá uma ideia... O senhor precisa fazer alguma coisa”. Aí o Arcebispo convocou uma entrevista coletiva, lá no palácio. Convidou todos os jornais. No dia seguinte a essa entrevista, eu ainda estava dormindo, tinha deitado tarde, eram entre seis e sete horas, tocou o telefone que eu tenho na cabeceira. Era um jornalista meu amigo, o Nelson Marcondes do Amaral. Foi até o Presidente do Tribunal de Contas aqui no Estado. E ele me disse: “Professor, eu quero que o senhor me diga a sua impressão”. Eu pergunto: “Minha impressão sobre o quê?” E ele: “O senhor não está contente?” Eu: “Contente com o quê?” Ele diz: “com as palavras do Arcebispo a respeito do seu partido”. Eu digo: “Não estou sabendo de nada”. Ele diz “Mas veja, eu dou isso no jornal (parece que ele não era do Estado, era da Folha)”. Bom, eu levantei e mandei comprar todos os jornais. De fato, teve um sucesso muito grande essa entrevista coletiva. Os jornais davam. E em quase todos, menos um, menos no Estado de São Paulo. Um jornalista, não sei se foi o próprio Nelson, perguntou... Porque ele falou de todos os partidos, o Arcebispo, menos do PDC. Então o jornalista perguntou: “Mas Excelência, o que é que o senhor diz do PDC?” Aí ele diz: “ Bom, esse merece a simpatia e o apoio dos católicos”. Então, para mim, era muito bom. Eu fiquei muito satisfeito com isso. Mas no Estado isso não saiu.

MVB – Eu estive olhando no Programa e nos discursos, que o senhor insiste muito no estabelecimento de novas relações empresa – trabalho. Novas relações capital – trabalho.

ACJ – Antes de passar para isso, eu quero completar o caso da entrevista. Então, eu pensei: eu não falei nada ao Arcebispo – que depois foi Cardeal – mas agora é uma ocasião de eu agradecer, agora não há mais inconveniente nenhum. E fui a palácio. Ele me recebeu, eu fiz o meu agradecimento, ele recebeu o agradecimento e eu fui embora. Ele não disse uma palavra. E o Estado não deu nada. Daí há uns dias, forçado naturalmente pelo PSD, ele deu uma entrevista dizendo que a Igreja não apoia nenhum partido, qualquer coisa assim que atingia diretamente ao PDC. Mas Alguém perguntou:

“E as entrevistas que o senhor deu?” E ele respondeu: “Não, o teor exato da entrevista é o do Estado de São Paulo”... “Quer dizer, um politiquero também”.

MVB – Mas o senhor falou antes que os padres mandavam votar nos candidatos do PDC.

ACJ – Mas veja bem, isso não é oficialmente. Isso é coisa de conversa que a gente ouve. Eu não disse que mandavam votar. Eu disse essa frase do Arcebispo na entrevista: “Esse merece o apoio, etc”.

MVB – Eu estava me lembrando da história do locutor da Ave Maria, que teve mais voto porque os padres indicaram que era um candidato bom. A nível popular, digamos.

ACJ – Isso foi o que eu ouvi. E influiu muito o fato dele... A senhora sabe, hoje é a televisão, mas naquela época não havia, era o rádio que era poderosíssimo. Foi isso que o elegeu, porque ele é formado em Direito...

MVB – O senhor identificaria esses 12 mil votos que o senhor teve em São Paulo, mais ou menos de que origem?

ACJ – Eu tive amigos, e pessoas de responsabilidade, que trabalhavam muito. Eu era professor da Faculdade de Direito e como tal era bastante conhecido, já tinha livros publicados, tinha o Instituto de Direito Social, que eu tinha sido o presidente, tinha muitos amigos lá. Agora, só num lugar, Sorocaba, onde até hoje eu sou professor da Faculdade de Medicina – porque eu sou médico também – eu tive quatro mil votos. Graças ao esforço e ao trabalho do fundador da Faculdade de Medicina, que é o professor Lineu de Matos Silveira. Esse homem trabalhou muito pela minha... E foi interessante, porque lá eu fui fazer um comício pelo PDC num dia, fui muito aplaudido. No dia seguinte foi o Eduardo Gomes, que foi vaiado, jogaram ovos nele.

MVB – A sequência dos comícios do Brigadeiro eu acompanhei. Houve alguma palavra de ordem do partido, aqui em São Paulo, sobre as eleições, em 45? A escolha entre Dutra e o Brigadeiro?

ACJ – Não, eu já lhe disse. A palavra de ordem era: “Absoluta liberdade”. O Partido só disputa lugares na Assembleia Constituinte. Podem votar tanto no Brigadeiro quanto no Dutra, é a mesma coisa.

MVB – Não houve uma frente única com a UDN, que apoiaria o Brigadeiro.

ACJ – Nem com o PSD. O Partido foi absolutamente independente. A senhora ia fazer uma pergunta sobre relações...

MVB – É muito interessante essa parte do Programa que fala do novo tipo de relação de trabalho: extensão de direitos trabalhistas. Inclusive o senhor já sugere isso de extensão ao trabalhador rural. Isso me interessou porque é bastante novo. Durante esse período, mesmo no período mais democrático, que foi o de 45 até 64, isso nunca conseguiu ser feito, essa extensão de leis trabalhistas ao campo.

ACJ – E nós fomos os primeiros a propor a participação nos lucros.

MVB – A participação no lucros da empresa, isso também eu reparei. O senhor acha que naquela época essas medidas tinham algum impacto real, fora da retórica? No sentido de conquistar algum apoio popular?

ACJ – É difícil de responder, porque eu não tenho elemento. Era novidade. Mas, pelo contrario até, falando para o pessoal trabalhador rural é botar os fazendeiros contra a gente.

MVB – Isso não estava nunca no projeto do PSD, por exemplo.

ACJ – Eu sempre sustentei isso. Uma vez eu fui fazer uma conferencia em Porto Alegre. Parece que em 44. Se não me engano era na Faculdade oficial. E a Faculdade Católica, os alunos, convidaram também, queriam que eu fosse lá. Fui e cheguei lá e perguntei: “Sobre o que vocês querem que eu fale?” “Sobre trabalho rural” eles disseram. E eu falei energicamente contra a situação dos trabalhadores rurais. No dia seguinte, o principal jornal de lá botou na primeira pagina uma manchete: “O professor Cesarino diz que os fazendeiros brasileiros são tremendamente reacionários”. Eu tinha realmente, dito isso. Por causa disso houve dois discursos contra mim, na Câmara dos Deputados. Tudo isso deve estar no meu arquivo. Eu recorto tudo. Eu até caçoei: não sabia que era tão importante...para haver dois discursos contra mim... [Risos] A repercussão, que eu possa dizer, é essa. É difícil de examinar. E depois, eu fiquei só um ano no partido.

MVB – O senhor teria a impressão que esse partido permaneceu fiel às ideias originais?

ACJ – Não. Não foi o Partido. O Deputado não era representativo. E eu fiz esforço, propus a ele até o seguinte: Eu o chamei no escritório, logo depois dele eleito, e disse:

“Você é deputado do Partido. Só temos dois, você e o outro lá em Pernambuco. Eu quero que o Partido cumpra o que prometeu. Você tem que apresentar projetos, etc.”. Falei com toda franqueza, dizendo: “Sei que você não é capaz – porque ele não era. Não tinha cultura nenhuma. Era formado em Direito mas era funcionário modesto do Banco do Brasil, quando se elegeu – Mas vamos fazer o seguinte, eu faço os projetos, a justificção e tudo e dou a você. Claro não é, eu sou suplente. Você apresenta. Quando chegar o momento da discussão, você não tem condição para entrar na discussão”. Então eu sugeri o seguinte: “Você pede licença por uma semana e eu vou substituir você, discuto, defendo, etc. e volto. Eu não quero um tostão de subsidio, nada, Só quero fazer pelo partido “. Foi a última vez que eu vi esse homem. Ainda vejo agora, de vez em quando, na rua. Mas foi a última vez. Nunca mais falei com ele. E isso foi em 1945. Ele tinha que dar uma contribuição, de 10% ou 20% do subsidio para o Partido. Não pagou, eu exigi, ele assinou um título que não pagou.

MVB – Uma coisa que me impressiona, na fundação do PDC, é que ele acabou sendo, no momento da fundação, um projeto muito pessoal. Era um projeto que vinha das suas preocupações pessoais com a política. O senhor congregou a sua volta um grupo, mas na realidade foi um projeto pessoal. Diferente do projeto da UDN, por exemplo, que reunia já vários políticos antigos, com uma ideia de fazer uma frente.

ACJ – O nosso não tinha nenhuma tradição, nada. A única pessoa que eu posso dizer que colaborou comigo foi o Alceu Amoroso Lima e assim mesmo logo no início. Logo depois ele disse: “Não, partido pequeno não tem futuro”. E foi para a UDN.

MVB – E o Sobral Pinto, ele colaborou?

ACJ – O Sobral Pinto colaborou com essa conferencia. Houve um episodio até interessante, no dia da inauguração. No dia 9 de julho ele chegou, eu fui buscá-lo, levei para o hotel. E ele me diz: “Quero lhe pedir um favor, quero ir cumprimentar o Arcebispo”. Ele é muito católico. Eu disse: “Pois não, eu levo o senhor lá”. Telefonei para o palácio, marquei hora, e ainda me lembro que o Arcebispo marcou às duas horas. Nós fomos. Eu fui acompanhando. Esperamos parece que duas horas...

MVB- E ele firme não é?

ACJ - Ele firme. E o Arcebispo não atendeu, até às quatro horas. Ele estava zangado. E como tínhamos duas horas, nós dois juntos, na sala de espera, ficamos conversando. E

eu contei toda essa estória da entrevista coletiva, o que o Arcebispo disse, depois o desmentido dele, que me obrigou a reagir também. Eu mandei um comunicado aos jornais, dizendo que eu nunca tinha solicitado nada da Igreja, nem de nenhum padre e, portanto não admitia. Contei tudo isso. Ele ficou revoltado. Afinal, depois de duas horas de espera nós fomos admitidos os dois na presença do Arcebispo. Ele então - O Sobral Pinto é um sujeito duro – disse umas verdades ao Arcebispo, tudo que eu contei e o Arcebispo não desmentiu. Ele disse: “É um absurdo, esse homem está fazendo um esforço, e tal”. Chegaram a discutir os dois, em voz bem alta. Tanto que numa hora o Dom Paulo Moreira, que era o Bispo auxiliar, morreu até num desastre não sei se a senhora sabia disso, já faz tempo entrou na sala pensando que a gente estivesse agredindo o Arcebispo...

MVB – Outra coisa, em relação a seu projeto pessoal, é a minha última pergunta, o embrião mesmo desse projeto pessoal era aquela união Cultural Brasileira. Em principio, então, no começo, não havia uma hostilidade ao Getúlio, pelo menos pelo lado que o senhor falou, de direito social.

ACJ – Não, nenhuma.

(Final da entrevista)